

# *Caminhos da escrita no Noroeste de Portugal, na Idade Média.*

## *Alguns aspectos<sup>1</sup>*

JOSÉ MARQUES\*

### **Resumo**

*Neste estudo, elaborado para o Congresso Internacional de Paleografia, realizado em Viena, Áustria, em Setembro de 2005, dedicado ao estudo das escritas regionais, através da análise minuciosa da abundante documentação dos Mosteiros de Guimarães e de S. Simão da Junqueira, procurámos definir as datas e os condicionalismos da evolução da escrita visigótica cursiva e redonda para a carolina, nestas instituições monásticas, e acompanhar o seu trânsito posterior para a gótica. Em contraste com a citada riqueza documental, a pobreza revelada pelas instituições eclesiásticas do Alto Minho ainda permitiu surpreender aspectos da gótica cursiva e librária, da humanística cursiva, de procedência italiana, e algumas projecções no sentido e afirmação de elementos determinantes da escrita encadeada*

### **Abstract**

*In the present study, developed for the International Congress of Paleography, which took place in Vienna, in September 2005, devoted to the study of regional writings, we tried, through the analysis of the rich documentation in the monasteries of Guimarães and S. Simão da Junqueira, to define the dates and constraints of the evolution of cursive and round Visigothic writing, existing in the said monastic institutions, and follow its later transition to Gothic. Unlike the above mentioned documental wealth, the poverty found in the ecclesiastic institutions of the Alto Minho permitted the detection of aspects*

---

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.).

<sup>1</sup> A versão francesa deste texto foi apresentada ao Congresso Internacional de Paleografia, e publicada pela ÖSTERREICHISCHE AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN. Veröffentlichungen der Kommission für Schrift- und Buchwesen des Mittelalters. Reihe IV, Band 5. *Régionalisme et Internationalisme. Problèmes de Paléographie et de Codicologie du Moyen Âge. Actes du XV<sup>e</sup> Colloque du Comité International de Paléographie (Vienne, 13-17 Septembre 2005)*, édités par Otto Kresten et Franz Lakner. Wien, 2008, pp. 53-77.

*of cursive and librarian Gothic writing, of cursive humanist of Italian origin, as well as some projections towards and the affirmation of determining aspects of enchained writing.*

## 1 - Introdução

A exposição deste tema, além do interesse imediato que o seu enunciado suscita, constitui uma primeira abordagem de uma investigação que, até agora, ninguém ousou fazer. Se a ausência de estudos desta natureza é absoluta para o quadro geográfico mencionado no título, temos de esclarecer que a situação é idêntica à escala nacional.

A fim de podermos definir com rigor o assunto que nos propomos desenvolver, convém recordar que conhecemos a evolução da escrita em Portugal, nas suas linhas gerais, mas, quando pretendemos acompanhar esse fenómeno numa região ou em alguma instituição, que, pela sua natureza institucional, foi também um centro de cultura e de difusão da escrita, deparamos com muitas incertezas por falta de estudos sistemáticos sobre os parcos espólios documentais, que nos permitem esclarecer a realidade verificada, neste domínio, nas diversas instituições. Quer isto dizer que o nosso estudo pretende analisar a escrita, em algumas instituições da região indicada, numa dimensão concreta e segundo os casos, quer apreciando-a, numa perspectiva diacrónica, ou, apenas, em algum momento importante da sua evolução, revelado pela documentação disponível.

A escolha da região do noroeste como campo experimental compreende-se, porque, à data da fundação de Portugal, no âmbito da antiga diocese de Braga - exceção feita do Entre Minho e Lima - com ela coincidente, além da Catedral, com a respectiva escola capitular, existiam mais de setenta<sup>2</sup> mosteiros “*de tradição visigótica*”, alguns dos quais aderiram, progressivamente, às *novas observâncias monásticas* - beneditina, agostinha e cisterciense -, que viriam a implantar-se, em Portugal, no último quartel do século XI e durante a primeira metade do século XII. Embora em níveis diferentes, estas comunidades monásticas, além de centros de espiritualidade e de apoio aos núcleos de cristãos, dispersos à sua volta, constituíram também os únicos centros produtores de escrita e difusores de cultura, circunstâncias que nos obrigam a termos presente o conhecido contexto histórico vivido nesta região após a invasão árabe da Península Ibérica, em 711, e, especialmente, a lenta recuperação económica e social, verificada após o avanço da reconquista cristã até ao rio Douro, no ano de 868.

---

<sup>2</sup> Reduzimos o número de mosteiros apenas a setenta, porque alguns, que elevam o número das comunidades existentes para oitenta, embora situados na diocese de Braga, geograficamente, não podem ser considerados como pertencentes à região do noroeste português.

A primeira das citadas *novas observâncias monásticas* a implantar-se na Diocese de Braga, restaurada em 1071, como vimos, essencialmente coincidente com o Noroeste de Portugal, desde sempre, uma das regiões mais povoadas do ocidente peninsular, foi a *Ordem de São Bento*, cuja *Regra e estilo de vida* foram adoptados por 26 mosteiros até então integrados no densa constelação dos mosteiros vulgarmente classificados como “*de tradição visigótica*”.

Depois da fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, foram adoptando a regra e os costumes da sua observância outros mosteiros, até então, “*de tradição visigótica*”, num total de dezoito, no âmbito da Arquidiocese de Braga, e apenas dois decidiram seguir a nova observância cisterciense, introduzida em Portugal, em data indeterminada, entre 1142-1144.

Além destes 46 mosteiros, que abraçaram alguma das três novas observâncias, os restantes «*de tradição visigótica*» foram convertidos em igrejas paroquiais ou em igrejas colegiadas, ocupando o primeiro lugar, no sector das colegiadas, a de Santa Maria de Guimarães, resultante da conversão do mosteiro fundado por Mumadona Dias, por volta do ano 950, transformado em colegiada, entre 1107-1110. Em meados do século XIV, passou a ser mais conhecida pela designação de Colegiada de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães.

Melhor sorte teve o Mosteiro de S. Simão da Junqueira, fundado em 1069 e que sobreviveu até 1770. Antes de prosseguirmos, devemos informar que a selecção destes dois mosteiros instituídos sob a influência da tradição monástica visigótica se ficou a dever ao significativo volume documental de cada um deles, relativo ao período medieval estudado, verdadeiramente contrastantes com a impressionante pobreza das restantes comunidades monásticas, outrora existentes nesta região, muitas das quais não resistiram à pressão da crise económica e demográfica, responsável pela extinção de muitas delas e até pelo desaparecimento de muitas paróquias, como tivemos oportunidade de demonstrar noutros estudos<sup>3</sup>. Maior abundância e sequência documental mais estreita no espaço regional em observação só encontrámos na Catedral de Braga, que será objecto de outro estudo a apresentar neste Congresso.

Para situarmos melhor o contexto da nossa análise, informamos que acompanharemos os principais momentos da evolução da escrita no Mosteiro de São Salvador e depois Colegiada de Santa Maria de Guimarães, desde a sua fundação, em c. 950 até 1250, e que seguiremos um percurso similar através do espólio documental do Mosteiro de S. Simão da Junqueira, dado como fundado, em 1069, tendo fixado o termo *ad quem* do presente inquérito, em 1300.

---

<sup>3</sup> Por todos, veja-se a nossa dissertação de doutoramento *A Arquidiocese de Braga, no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 267-317; 641669; 722-737.



**Mapa** - Distribuição dos centros de escrita no Noroeste de Portugal, analisados neste estudo.

Às significativas virtualidades paleográficas destas duas instituições - enquadrando-se as de S. Simão da Junqueira no que o nosso grande mestre da Paleografia e da Diplomática, João Pedro Ribeiro, professor na Universidade de Coimbra, após a reforma efectuada por ordem do Marquês do Pombal, em 1772, designava como letra “*gótico da Maia*”<sup>4</sup> ou “*galegã*”, isto é, a visigótica cursiva e redonda -, contraporemos alguns exemplos, relativos à zona da diocese de Tui, na

<sup>4</sup> Eis as palavras do grande paleógrafo e diplomata, com a grafia actualizada: - «*O Gótico [falo do minúsculo ou cursivo] que aparece nos nossos Cartórios tem um aspecto assás diferente dos exemplares que nos têm produzido os Paleógrafos da Espanha, e com muita especialidade o nosso Gótico da Maia*», in *Dissertações chronológicas e criticas...*, 2.<sup>a</sup> ed., tomo IV, I parte, Lisboa, 1867, p. 90. Por brevidade, diremos, apenas, que esta passagem tem sido referida por todos os historiadores da Paleografia em Portugal: António Cruz, Avelino de Jesus da Costa, Maria José Azevedo Santos... Divergindo dos autores do seu tempo, divide a escrita mais antiga do território português em três tipos: *gótico, semigótico e francês*. Por *gótico* designa tudo o que é escrita visigótica, que, segundo esclarece, os nossos antigos classificavam de «*letra rabuda*», cujas hastes descendentes lhe dava a impressão de constituir uma cauda ou rabo e é utilizada ainda em 27 de Janeiro de 1438, num inventário, para designar: «...*dous volumes do flos sanctorum de letra rabruda...*», (Cf. CRUZ, António – *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Suplemento ao vol. XIV*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1938, p. 221.

<sup>5</sup> *Galega* é também sinónima de visigótica. Esta designação consta de um inventário de 27 de Janeiro de 1438: - «... *sinco psalteiros galegos boos...*» (CRUZ, António – *Breve estudo...* p. 221. No inventário dos livros litúrgicos da igreja de S. Miguel das Marinhas, Esposende, Arquidiocese de Braga, datado de 16

parte de Portugal, conservados em dois cartulários do Mosteiro de Santa Maria de Fiães e da Catedral de Tui e nos expressivos livros de registos da Administração Eclesiástica de Valença do Minho, que, em 1381, no contexto do Cisma do Ocidente, se separou da diocese de Tui, a que pertencia, desde o período suevo.

## 2 – Dois casos paradigmáticos

Como dissemos, o Mosteiro e depois Colegiada de Guimarães e o Mosteiro de S. Simão da Junqueira, pela riqueza documental que nos legaram e chegou até aos nossos dias, constituem dois casos verdadeiramente paradigmáticos, em contraste com a impressionante pobreza dos restantes. Apesar disso, não se pense que seria fácil ao comum dos investigadores – inclusive para nós próprio – conduzir o inquérito que nos propusemos efectuar, se não tivesse concorrido a feliz coincidência de termos orientado duas teses de mestrado sobre estas duas instituições. E a dificuldade seria particularmente acrescida em relação ao Mosteiro e depois Colegiada de Guimarães, dado que a documentação do seu antigo arquivo, mercê das vicissitudes políticas ocorridas em Portugal, no século XIX, foi na sua grande maioria transferida para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; outra parte, embora mais reduzida, passou para o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães; e um conjunto de 112 documentos pertencentes a esta Colegiada, que se encontravam à venda na cidade do Porto, em 1944, mercê das diligências conduzidas pelo antigo membro do Comité International de Paléographie Latine, P.<sup>o</sup> Avelino de Jesus da Costa, foram comprados pela Universidade de Coimbra, tendo passado a integrar o Arquivo da Universidade, cuja Directora, Prof.<sup>a</sup>. Doutora Maria José Azevedo Santos está entre nós.

Por sua vez, a documentação do Mosteiro de S. Simão da Junqueira encontra-se também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

É desnecessário descrever perante tão numerosa assembleia de investigadores e especialistas em Paleografia o que teria sido proceder à consulta de tantas centenas de documentos nos arquivos onde se encontram!

Graças, porém, à gentileza dos meus antigos alunos, que colocaram nas minhas mãos as fotocópias das colecções documentais por eles organizadas e estudadas, na perspectiva histórica, sob a minha orientação, o esforço foi significativamente reduzido, restando-me, apenas, o grato dever que lhes manifestar publicamente a minha gratidão<sup>6</sup>.

de Setembro de 1419, consta\_ - *«Item disse Stevam Stevez capelam que avia na dicta igreja dous salteiros buum frances e outro galego e que ell tinba o galego e Roi Martinz abade que foi da dicta igreja tinba o outro»*. (Cf. MARQUES, José – *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal*, separata de *Forum*, Braga, 4, Outubro, Biblioteca Pública de Braga, 1988, pp. 9-10.

<sup>6</sup> Referimo-nos a Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães* (c. 950 – 1250), vol. I – *Estudo*; vol. II – *Colecção documental*, Porto, 1991. (Inédita); e Sérgio Lira – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira – I (dos primórdios a 1300); II (Colecção documental)*, Vila do Conde, 2002.

Mas o nosso objectivo é percorrer os caminhos da escrita, nas instituições seleccionadas, que, até aqui, procurámos apresentar a esta assembleia, passando, de imediato, ao contacto com a sua documentação.

Consciente da falta de tempo, deveremos optar por uma metodologia que permita acompanhar a evolução da escrita nestas duas instituições e, ao mesmo tempo, estabelecer as indispensáveis comparações, a fim de assinalarmos as semelhanças e, sobretudo, as diferenças, a nível cronológico.

Para uma correcta avaliação da realidade que pretendemos revelar, é necessário ter presente que o Mosteiro de S. Simão da Junqueira surgiu mais de um século – mais exactamente, 119 anos - depois do de Guimarães, como as datas mencionadas – c.950 – 1069 – demonstram. No entanto, a anterioridade de quase cento e vinte anos do Mosteiro de Guimarães em relação ao de S. Simão da Junqueira, na actualidade, não se traduz num maior volume de *originais* em escrita visigótica, porque o facto de muitos dos mais antigos terem sido transcritos no conhecido e célebre *Livro de Mumadona*<sup>7</sup>, códice medievo, em *gótica librária*, ou noutras cópias avulsas, de que pode servir de exemplo a doação da herdade de Vila Cova, feita ao Mosteiro de Guimarães pela “*devota*” Adosinda, em 10 de Março do ano 961 - «*sexto idus Marcii Era DCCCC<sup>a</sup> LX<sup>ta</sup> VIII<sup>a</sup>*»<sup>8</sup> -, em perfeita escrita *minúscula diplomática*, seguramente dos princípios do século XIII, facilitou o seu desaparecimento.

A esta realidade acresce que na documentação do Mosteiro e Colegiada de Guimarães, além de estarem incluídos cerca de três dezenas de documentos, outrora pertencentes ao Mosteiro de S. Gens e S. Bartolomeu de Montelongo, no actual concelho de Fafe, porque parte do seu antigo património, após a extinção, entre Julho de 1159 e Março de 1165<sup>9</sup>, foi incorporado no da Colegiada de Guimarães, contam-se também diversos documentos régios e eclesiásticos, que lhe foram dirigidos em momentos muito diversos, que não utilizámos neste estudo.

É por isso que o núcleo de *originais visigóticos* do Mosteiro de S. Simão da Junqueira é muito mais numeroso e com maior densidade cronológica, permitindo detectar com maior rigor as mudanças tipológicas paleográficas, verificadas ao longo da Idade Média.

---

<sup>7</sup> *Livro de Mumadona. Cartulário medievo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Vol. I. Reprodução fac-similada do códice. Apresentação pelo Académico de Número J. A. Pinto Ferreira. Lisboa, MCMLXXIII.

<sup>8</sup> A. M. A. P., *Pergaminhos da Colegiada*, n.º 1. Publ. in *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, doc. n.º 82. Situação idêntica verificou-se com a carta de venda, feita em 26 de Março de 953, pela *devota* Chama Pais, ao mosteiro de Guimarães, transcrita em letra minúscula diplomática, conservada no A. N. T. T., *Col. de Guim.. Documentos Particulares*, maço 1, n.º 2. Publ. in *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, doc. n.º 67; in *Vimaranis Monumenta Historica*, doc. 340.

<sup>9</sup> MARQUES, José – *A extinção do Mosteiro de S. Gens e de S. Bartolomeu de Montelongo*, in *Actas das 1.ªs Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1996, pp. 21-38.

Dados estes esclarecimentos prévios, mas indispensáveis para nos situarmos convenientemente no processo da evolução da escrita, no espaço definido, passemos às análises paleográficas.

## 2. 1. – Da visigótica à carolina

Mercê dos condicionalismos expostos nesta longa introdução, facilmente se compreende o desaparecimento dos originais em *visigótica cursiva*, na Colegiada de Guimarães, e que só, em 20 de Janeiro de 1092<sup>10</sup>, deparemos com o primeiro original em *visigótica redonda*, muito distante da angulosidade típica da visigótica cursiva, mas conservando as especificidades da escrita visigótica: profusão de nexos, as características letras: **a** aberto, **e** alto, **i** alto, **d**, **t** constituído por duplo arco que evoca **cc** unidos, **g** aberto, a característica *nota tironiana visigótica*, etc.

Nos exemplares seguintes, o arredondamento da forma das letras vai-se acentuando, havendo até alguns casos verdadeiramente modelares no esmero da execução da *regragem* e da grafia, como o documento de 13 de Junho de 1073, que revela o presbítero Paio, que o notou e subscreveu, como um escriba de altíssima qualidade<sup>11</sup> (*ver gravura n.º 1*).

Faltam-nos documentos para preenchermos o espaço de dezanove anos que medeia entre 1073 e 1092, mas a análise do *corpus* documental do Mosteiro e depois Colegiada de Guimarães autoriza-nos a afirmar que *a escrita visigótica redonda foi utilizada ininterruptamente pelos escribas ao serviço desta instituição, até 16 de Março de 1135*, tendo este documento sido redigido pelo presbítero Rodrigo<sup>12</sup> (*ver gravura n.º 2*). É certo que, desde 1127 até 1135, se encontram cronologicamente inseridos no *corpus* em análise *quatro actos jurídicos celebrados entre particulares*<sup>13</sup>, escritos em letra carolina, que não foram redigidos na Colegiada nem lhe dizem respeito, ficando, assim, documentada a exclusividade da letra visigótica redonda, durante o período ininterrupto de mais de quarenta anos: 1092-1135.

Em contraste com o que acabamos de observar a partir da documentação original do Mosteiro e Colegiada de Guimarães, na de S. Simão da Junqueira, deparemos com o *domínio absoluto* da escrita visigótica até 1127, ano em que surge o primeiro documento redigido em letra carolina. Apesar da presença deste primeiro testemunho de escrita carolina ou francesa, escrita de importação, no seio desta comunidade monástica, continuaram a aparecer, até 1132, mais alguns documentos em visigótica redonda, progressivamente marcados pela pressão deste novo tipo

<sup>10</sup> A. N. T. T., *Col. Guim.* D. P., m. 1, n.º 5, *or. visig.*

<sup>11</sup> A. N. T. T., *Col. Guim.* D. P., m. 1, n.º 7.

<sup>12</sup> A. N. T. T., *Col. Guim.* D. P., m. 1, n.º 32.

<sup>13</sup> Trata-se dos documentos de: Abril de 1127: A. N. T. T., *Col. de Guim. Docs. Particulares (D. P)*, m. 1, n.º 27.; Agosto de 1128: A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, m. 1, n.º 28; 19 de Julho de 1132: A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, m. 1, n.º 30; 16 de Julho de 1133: A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, m. 1, n.º 31.

de escrita, que, finalmente, penetrou, de forma definitiva, dentro dos muros deste mosteiro, tão forte e longamente vinculado às tradicionais práticas paleográficas visigóticas.

Antes de prosseguirmos, impõe-se esclarecer que estas observações não colidem – e, em alguns aspectos, até coincidem – com as afirmações de Maria José Azevedo Santos, na sua tese de doutoramento<sup>14</sup>, porque as perspectivas e critérios de análise são diferentes, pois, enquanto a ilustre professora acompanha o crescente aparecimento de caracteres e símbolos braquigráficos carolinos em documentos visigóticos, em ordem a documentar a progressiva penetração deste tipo de escrita em instituições portuguesas, dominadas pela visigótica, a nossa análise incidiu no confronto de textos maioritariamente escritos em visigótica, carolina, minúscula diplomática, gótica cursiva, etc., tanto em Santa Maria de Guimarães, como em S. Simão da Junqueira e em algumas instituições do Alto Minho.

Conforme dissemos, este mosteiro já existia em 1069, mas o seu espólio documental inclui alguns documentos anteriores<sup>15</sup>, facto comum também noutras instituições, porque os antigos títulos de posse acompanhavam as doações que lhes eram feitas. Assim se compreende que o mais antigo documento do espólio documental desta comunidade monástica remonte a 5 de Junho de 973, havendo mais dezoito documentos anteriores ao ano apontado como da sua fundação (1069). Tanto estes como os seguintes são todos em *visigótica cursiva*, de que a *gravura n.º 3*<sup>16</sup> constitui um bom exemplo, datando de 7 de Outubro de 1074<sup>17</sup> (*ver gravura n.º 4*), a primeira manifestação de *visigótica redonda*, que perdurará até 8 de Outubro de 1146<sup>18</sup> (*ver gravura n.º 5*), documento saído da mão de Odoário, faltando, no entanto, saber se este escriba se identifica com o subdiácono Odoário, que subscreveu o documento, em visigótica redonda, de 11 de Março de 1103<sup>19</sup>.

A par deste apego à *visigótica redonda* e sua aplicação até uma data tão avançada (8.10.1146), em S. Simão da Junqueira, detectámos o esforço de adaptação de alguns escribas aos cânones da *escrita carolina*, merecendo referência o caso do presbítero *Ramiro*, que, não obstante ter redigido o documento de 10 de Maio de 1127<sup>20</sup>, em letra carolina (*ver gravura n.º 6*), evidencia a sobrevivência da sua

<sup>14</sup> SANTOS, Maria José Azevedo – *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, pp. 257-260.

<sup>15</sup> Para uma informação mais desenvolvida sobre este tema, veja-se: LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira – II (Coleção Documental)*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 2002, pp.15-38.

<sup>16</sup> A. N. T.T., *S. Simão da Junqueira*, maço n.º 1, n.º 13 A e 13B.

<sup>17</sup> A. N. T.T., *S. Simão da Junqueira*, maço 1, n.º 19.

<sup>18</sup> T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 36. Note-se que no original, efectivamente, lê-se: «VIIIº idus Octubris Era M.ª C.ª LXXX.ª IIII.ª», mas este número tem de estar errado, porque os dias antes dos idos de Outubro não podem descer além do VIIIº.

<sup>19</sup> A. N.T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 4.

<sup>20</sup> A. N.T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 24.



anterior formação na visigótica redonda, patente no nexu *ts* da palavra *testis*, na característica nota tironiana **et**, no *ductus* da letra **r**, na forma esporádica do **d**, com a parte superior inclinada para a esquerda, numa atitude verdadeiramente traçoieira ao esforço realizado ao longo deste texto, e, sobretudo, na forma de atacar as altas hastes ascendentes das letras **l**, **b**, **d**, **h**, indubitavelmente executadas com aparato talhado em *bisel* à esquerda, usual na escrita visigótica.

Apesar deste primeiro testemunho de adaptação à letra carolina, de mais fácil assimilação, estimulada não só pelas estreitas relações entre o Condado Portucalese ou, se preferirmos, o Portugal nascente, e os territórios da França até à região da Borgonha, e pela forte presença da Ordem Beneditina, já bem implantada na zona geográfica escolhida como campo da nossa investigação, mas também pelo exemplo dos livros litúrgicos importados da França, cuja multiplicação era imprescindível, desde que o arcebispo de Braga, S. Geraldo, se empenhou na substituição da liturgia hispânica pela romana, no quadro da *Reforma gregoriana*, apesar de todos estes factores favoráveis ao desenvolvimento da escrita carolina, nos anos seguintes, continuamos a deparar com documentos escritos em visigótica redonda.

Nesse contexto – e porque se encontram já na caminhada para o fim deste tipo de escrita visigótica, neste mosteiro – apraz-nos mencionar os seguintes presbíteros signatários dos documentos, cujas datas se indicam a seguir aos respectivos nomes: Árias (12-11-1130)<sup>21</sup> e Trotesindo (02-06-1132)<sup>22</sup>. Entretanto, em 21-06-1137<sup>23</sup>, afirma-se já o presbítero Odório, com pleno domínio da escrita carolina, acompanhado, a partir de 1139<sup>24</sup>, pelo escriba Soeiro, possivelmente, leigo.

Entretanto, recorde-se que o último acto jurídico lavrado em escrita visigótica, existente no espólio documental de S. Simão da Junqueira data de 8 de Outubro de 1146<sup>25</sup>.

Não poderemos deter-nos na análise do sistema braquigráfico da escrita visigótica nas duas versões – *cursiva e redonda* –, vigentes nas duas instituições em confronto (o Mosteiro e Colegiada de Guimarães e o Mosteiro de S. Simão da Junqueira), mas não podemos omitir o frequente recurso ao **T**, na forma visigótica ou de **t** (*tau*) carolino, resultante da aproximação entre o **I** e o sinal (-) de multiplicação por 1 000 = **Ī**, indicativo do milhar, na data dos documentos, tanto em Guimarães, com em S. Simão da Junqueira.

Com os elementos mais acima expostos, *podemos fixar o início da escrita carolina na Colegiada de Guimarães*, em 26 de Janeiro de 1122, em documento escrito pelo diácono Nuno, cujas influências da visigótica estão bem patentes na menção das testemunhas<sup>26</sup> (*ver gravura n.º 7*), e em S. Simão da Junqueira, em

<sup>21</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 27.

<sup>22</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 29.

<sup>23</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 32.

<sup>24</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 33.

<sup>25</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 36: - *[VIII] idus Octobris ERA M.ª C.ª L.ª XXX.ª III.ª*.

<sup>26</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 1, n.º 18.

21 de Junho de 1137, pela mão do presbítero Odório (*Odorius presbiter*)<sup>27</sup>, que se apresenta como “notário” (*notuit*) (*ver gravura n.º 8*). Apesar desta significativa presença da carolina, nestas duas importantes instituições, não deveremos esquecer que só nove anos mais tarde, em 8 de Outubro de 1146, numa situação verdadeiramente excepcional, foi redigido o último documento em escrita visigótica, em S. Simão da Junqueira, pelo “notário” Odário (*ver gravura n.º 5*)<sup>28</sup>.

Para além de quaisquer outras considerações, resta-nos a certeza de que, em 8 de Outubro de 1146, Odário ou Odório ainda utilizou a visigótica redonda na carta de escambo (permuta) em que o Mosteiro de S. Simão da Junqueira foi um dos outorgantes, como acabamos de demonstrar.

Não obstante a presença esporádica deste documento visigótico e dos inevitáveis vestígios deste tipo de escrita, estamos, assim, em pleno domínio da escrita carolina, nestas duas instituições do noroeste português, tendo assinalado alguns vestígios da transição nestes dois centros de escrita: menos significativos em Guimarães do que em S. Simão da Junqueira.

Dada a falta de estudos de pormenor efectuados sobre a documentação das instituições portuguesas desta época, ainda existente, é fácil compreender que em estudos de síntese e em manuais, mesmo de nível superior, se apresente como bastante rápido e fácil o trânsito da escrita visigótica para a carolina, não só pela clareza da forma dos caracteres e pela típica separação das palavras entre si e das letras dentro de cada palavra, mas, principalmente, pela ausência de nexos, pela superação de algumas letras característica, susceptíveis de se confundirem com outras, como são os casos do **a** aberto com o **u**, do **t** visigótico com o **a** carolino, o **i** alto com o **l**, mas também pela simplicidade do sistema braquigráfico, recebido entre nós quando já estava consolidado, em contraste com o que se passava com a escrita visigótica, onde é frequente encontrar sinais de abreviatura ainda na fase intermédia da sua evolução.

Se na Colegiada de Guimarães, pelos motivos apontados, exceptuarmos o caso do presbítero Ramiro, acima referido, quase não se encontram sinais de transição lenta, *passando-se da visigótica redonda para uma* carolina perfeita, a situação é bastante diferente em S. Simão da Junqueira, como vamos expor.

Com efeito, os documentos visigóticos, a que nos referimos, como meros exemplos, demonstram que o apego às formas visigóticas, em toda a sua pureza, continuou em S. Simão da Junqueira, até muito perto dos meados do século XII, tendo, mesmo, ultrapassado o ano de 1150, noutras instituições.

Por outro lado, sabemos que, se os documentos subscritos pelo presbítero Odório (*Odorius*), em 21 de Junho de 1137<sup>29</sup>, em 6 de Junho de 1139<sup>30</sup>, e em 11

<sup>27</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 32.

<sup>28</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 36. Atenção às variantes: Odório e Odário.

<sup>29</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 32.

<sup>30</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 34.

de Maio de 1143<sup>31</sup>, bem como pelo “*notário*” (*notator*) Soeiro, em 1139<sup>32</sup>, revelam pessoas com um domínio perfeito dos cânones mais puros da grafia carolina, em 4 de Março de 1147<sup>33</sup>, o presbítero Pedro surge como um caso típico de alguém que optou pela escrita carolina, mas não conseguiu libertar-se da forma de traçar o **d**, com a parte superior da haste inclinada para a esquerda, forma sistematicamente utilizada ao longo do texto.

Este mesmo presbítero Pedro, em 2 de Fevereiro de 1154<sup>34</sup>, revela ter feito um grande esforço por se libertar da mencionada forma de traçar o **d**, mas no nexa **NoT**, de *notuit*, não deixou de ceder à sedução do *t* visigótico. Numa fase mais avançada, quando já estava familiarizado com o novo tipo de escrita que tinha abraçado, permitiu-se evocar práticas que se encontram com alguma frequência na vigência da escrita visigótica, nomeadamente, no recurso ao uso de maiúsculas, com alguma ou algumas delas traçada(s) como formas de abreviatura, como aconteceu, em 17 de Junho de 1157<sup>35</sup>, com os casos de **SL/DS** (*solidos*) e **KL/DS** (*kalendas*)<sup>36</sup>, processo retomado em 6 de Outubro de 1160, com os casos de **NN<sup>as</sup>** (*nonas*) e **OCTOBRIS**<sup>37</sup>.

Finalmente, tanto o presbítero Pedro, que, em 6 de Outubro de 1160, subscreveu “*Petrus presbiter notuit*”<sup>38</sup> e, em 17 de Março de 1161, substituiu *notuit* por “*scripsit*”<sup>39</sup>, como o *notator* Soeiro, também mais acima referido<sup>40</sup>, parecem ter superado o peso da tradição gráfica visigótica, em que tinham sido formados.

Outros casos de “*conversão*” ou adopção da escrita carolina poderíamos enumerar, mas, por brevidade, recordamos somente o caso do escriba, anónimo, do documento de 1148, escrito em boa carolina, que ainda não tinha esquecido o *t* visigótico, utilizado com absoluta segurança, ao traçar o nexa **ts** (*testis*), aposto aos nomes das testemunhas: Soeiro, Mendo e Gonçalo<sup>41</sup>.

O processo de transição da escrita visigótica para a carolina, que acabamos de acompanhar, de forma menos expressiva, na Colegiada de Guimarães, e com maior número de casos e abundância de pormenores, no mosteiro de S. Simão da Junqueira, ter-se-á verificado também noutras instituições, que a falta de documentação nos impede de conhecermos. Mesmo assim, a partir da verificação realizada nestas duas instituições, podemos concluir que o apego à escrita visigótica

<sup>31</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 35.

<sup>32</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 33.

<sup>33</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 37.

<sup>34</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 1.

<sup>35</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 4.

<sup>36</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 4.

<sup>37</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 7.

<sup>38</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 7.

<sup>39</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 8.

<sup>40</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 33.

<sup>41</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 38.

sobreviveu, na sua pureza, em Guimarães, até 1135<sup>42</sup> (*gravura n.º 4*), e no Mosteiro de S. Simão da Junqueira, até 1146<sup>43</sup> (*gravura n.º 5*), tendo as suas influências nos escribas que optaram pelos cânones da escrita carolina ou francesa perdurado para além da década de 1160, até 10 de Fevereiro de 1175<sup>44</sup>, como se verifica pela carta de venda subscrita pelo “notário” Pedro (*Petrus notuit*), em que o d inclinado para a esquerda ou ao menos indiciado para tal, na parte superior, a nota tironiana visigótica, as letras **b**, **l** e alguns casos de **d**, mais cheios na parte superior, e ainda o conjunto de maiúsculas cortadas, como abreviaturas, estão claramente presentes. (*Ver gravura n.º 9*).

Embora não esteja directamente no objectivo do presente estudo, o contacto com a documentação destas duas instituições permitiu-nos captar a importância da mesma, em ordem a estudos de natureza filológica e fonética, não podendo deixar de impressionar a precocidade com que determinadas formas, vigentes em nossos dias já tinham atingido esse estado de evolução no século XI, muito antes da constituição de Portugal em reino independente.

## 2. 2. – Da carolina à gótica cursiva

Neste segundo ponto da nossa intervenção, acompanharemos, de forma mais abreviada, o predomínio da escrita carolina ou francesa nas instituições e territórios envolventes e os sintomas evolutivos que se vão detectando para a denominada *minúscula diplomática*, que se afirma como um elo de ligação entre a carolina propriamente dita e a gótica cursiva. Caracterizada pelo desvio para a esquerda, verificado nas hastes inferiores das letras e pelo prolongamento e desvio para a esquerda da parte final de algumas letras, que, de sua natureza não devem passar abaixo da regra ou linha da escrita, numa fase mais avançada, assiste-se ao alongamento das hastes superiores, com frequência remadas em laço, pela análise das colecções documentais destas duas instituições, verifica-se que durou várias décadas, contribuindo também para uma passagem gradual para a gótica cursiva.

Tal como fizemos no ponto anterior, em relação à passagem da visigótica para a carolina, também agora prestaremos, primeiro, atenção ao que se passou na Colegiada de Guimarães, fazendo, depois, a contraprova com situações do *scriptorium* de S. Simão da Junqueira.

### 2. 2. 1.- Na Colegiada de Guimarães

Abandonadas as práticas do legado visigótico, que, na Colegiada de Guimarães, chegou até 1135 e, em S. Simão da Junqueira, vigorou até 1146, entrámos

<sup>42</sup> A. N. T. T., *Col. Guim. D. P.*, m. 1, n.º 32.

<sup>43</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 2, n.º 36.

<sup>44</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 3, n.º 24.

no pleno domínio da carolina, que, apesar da sua apregoada facilidade, demorou muito a implantar-se nestas duas comunidades. É certo que, depois, teve um domínio absoluto, sem qualquer oposição. Mesmo assim, não é difícil descobrir algumas sobrevivências de práticas típicas da visigótica globalmente deposta, sobretudo em nexos e letras inclusas dos nomes dos escribas e *notatores* e da sua eventual posição na hierarquia eclesiástica - presbíteros, diáconos, subdiáconos -, bem como no recurso ao característico sinal comum de abreviatura, sobreposto em maiúscula visigóticas.

Em Janeiro de 1160, pela mão de Pedro Feijão (*Petrus Feison*), surge a primeira alteração significativa na forma das subscrições, feitas em letras de hastes ascendentes alongadas, por vezes rematadas em laço, tendo nesta parte do documento preparado uma regragem muito espaçada para dar lugar às hastes das palavras escritas nas linhas inferiores<sup>45</sup> (*ver gravura n.º 10*).

No ano seguinte - 1161 Janeiro - num documento subscrito por Mendo, prior do mosteiro da Costa (*“Menendus Costensis Prior notuif”*), surgem, de forma mais evoluída, as mesmas características assinaladas no documento elaborado por Pedro Feijão, havendo, contudo a registar já alguns fortes indícios de minúscula diplomática<sup>46</sup> (*ver gravura n.º 11*).

Meia dúzia de anos depois, em 1167, aparece um documento que, embora transgrida as normas da carolina e conserve características da minúscula diplomática, sugere já um gótico inicial<sup>47</sup> (*ver gravura n.º 12*).

Se, em 1161, podíamos falar de indícios de minúscula diplomática, a partir de Maio de 1172, surge o “*notário*” Fernando, que, durante mais de vinte anos, será o escriba modelo da minúscula diplomática<sup>48</sup>. Além das profundas marcas que o seu estilo de escrita ia deixando em alguns escribas ou em “*notários*” seus admiradores, na documentação da Colegiada de Guimarães, havia muitos outros que, não obstante a sua fidelidade aos padrões da carolina, vão deixando nos seus escritos, sinais de interesse, cada vez mais acentuado, pela minúscula diplomática. Consciente da beleza da sua escrita e de quanto ela servia de modelo para outros agentes da escrita, decidiu distinguir o documento de Janeiro de 1178, com a valorização gráfica conferida à menção da testemunhas e à sua subscrição<sup>49</sup>. Pouco antes, em 31 de Dezembro de 1177 (*II.º kalendas Ianuarii Era M.ª CC.ª XVIª*), surpreende, mais uma vez, optando pelo formato de *carta non transversa*<sup>50</sup>, quando, até então, sempre tinha usado *cartas transversas*.

<sup>45</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 2, n.º 21.

<sup>46</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 2, n.º 22.

<sup>47</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 2, n.º 29.

<sup>48</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 2, n.º 33.

<sup>49</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 3, n.º 13.

<sup>50</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 3, n.º 17.

Na segunda metade do século XII, a partir da carolina, que lhe serve base, cruzam-se muitas experiências, maioritariamente, passando também pela minúscula diplomática. Não admira, por isso, que vão surgindo também algumas surpresas prenunciadoras da afirmação de outros tipos de escrita. Tal foi o caso do “notário” *Grão* (*Granus*), que, em Janeiro de 1182, nos deixou um documento que, atendendo à alteração do módulo utilizado, se deverá classificar de *gótica librária*<sup>51</sup>, até agora desconhecida, em documentos avulsos, tanto na Colegiada de Guimarães, como no Mosteiro de S. Simão da Junqueira (*ver gravura n.º 13*).

Caminhava-se, assim, rapidamente, para novas formas de escrita e não é viável mencionarmos sequer um número significativo dos principais documentos que testemunham a proximidade de novos estilos e novos tipos. Restringindo-nos ao mínimo indispensável à compreensão deste fenómeno de transição da carolina para a gótica cursiva, que, de momento, nos ocupa, observe-se que, em Janeiro de 1185, o “notário” João (*Iohannes notuit*) subscreveu um documento que bem se pode classificar lavrado em *gótica cursiva inicial*<sup>52</sup> (*ver gravura n.º 14*).

Os ensaios ou experiências caligráficas de alguns escribas, que já nos tínhamos habituado a reconhecer nas décadas anteriores, vão-se repetindo, constituindo, inclusive, alguma surpresa. Tais foram os casos de Soeiro, que, em 19 de Junho de 1185, esquecendo, momentaneamente, os cânones da escrita carolina a que tão ligado estava, apresenta um documento no característico estilo do “notário” Fernando, o grande impulsionador da minúscula diplomática<sup>53</sup>, mas, em 11 de Novembro do ano seguinte, regressou ao seu estilo habitual. O próprio Fernando, que, com tantos documentos escritos em bela minúscula diplomática, não hesitou avançar para uma nova experiência, deixando-nos um belo documento, de Fevereiro de 1185, digno de figurar num cartulário em *gótica librária*<sup>54</sup> (*ver gravura n.º 15*), que nada tem a ver com as suas práticas anteriores, constituindo, ao mesmo tempo, um inequívoco testemunho da sua capacidade de enveredar por outros caminhos gráficos,

Desde finais do século XII, até Janeiro de 1207, os principais agentes da escrita, revelados pelo espólio documental da Colegiada de Guimarães, movimentaram-se entre a carolino-gótica e a minúscula diplomática, que prevalece. Na impossibilidade de mencionarmos todos os casos merecedores de referência especial, chamamos a atenção para situação determinante, na senda que vimos seguindo, rumo à gótica cursiva, assumindo particular significado o ano de 1207, porque em Janeiro, o “notário” Pedro elaborou um documento claramente em *gótica cursiva*<sup>55</sup> (*ver gravura n.º 16*), que é uma verdadeira excepção, neste contexto, tendo o

<sup>51</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 3, n.º 29.

<sup>52</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 3, n.º 36.

<sup>53</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 3, n.º 38.

<sup>54</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 4, n.º 20.

<sup>55</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim.* D. P., maço 5, n.º 24.

“notário” Vicente, na sequência da linha evolutiva que se vinha reflectindo no seu trabalho, produzido um documento em *minúscula diplomática - gótica cursiva*<sup>56</sup> (*ver gravura n.º 17*), que assinala a aproximação de uma viragem, de certo modo concretizada no testamento de Fernando Dias, datado de Março de 1211, a favor de Santa Maria de Guimarães<sup>57</sup> (*ver gravura n.º 18*).

Na documentação desta Colegiada ao nosso dispor, até 1250, não faltam documentos comprovativos de que o período gótico tinha, finalmente, chegado e continuaria a evoluir um pouco à mercê dos hábitos e tendências que os notários ou tabeliães régios, inevitavelmente, lhe haviam de imprimir. Entretanto, um pequeno documento, de Agosto de 1213, da mão do “notário” Martinho, ainda com vestígios de minúscula diplomática, comprova que o gosto pela gótica cursiva estava implantado<sup>58</sup>, realidade confirmada na carta de venda, de Abril de 1222<sup>59</sup>, o mesmo acontecendo por outra carta da venda, feita por Lopo Pires e sua mulher, Dona Constança, a D. Martinho Pais, chantre de Guimarães, em Novembro de 1247, subscrita pelo “notário” Paio Eanes<sup>60</sup> (*ver gravura n.º 19*).

### 2. 2. 2. – No Mosteiro de S. Simão da Junqueira

Vejamos, agora, como se processou a passagem da carolina para a gótica cursiva, em S. Simão da Junqueira.

Antes de mais impõe-se ter presente que o hábito de escrever em visigótica redonda sobreviveu neste mosteiro até 1146 e que o apego a algumas das suas particularidades gráficas subsistiu até 10 de Fevereiro de 1175<sup>61</sup> (*ver gravura n.º 9*).

Apesar de esta comunidade monástica, pela sua própria natureza, ser mais fechada do que a Colegiada de Guimarães, não é relevante que a *gótica librária* aí tenha surgido, apenas em 2 Abril de 1189<sup>62</sup>, sete anos depois de o mesmo se ter verificado em Santa Maria de Guimarães, em 1182<sup>63</sup>, só voltando a aparecer um novo documento com estas mesmas características, em 31 de Março de 1200<sup>64</sup> (*ver gravura n.º 20*).

Quanto à *gótica cursiva*, dado que o primeiro registo que encontrámos é de Junho de 1212<sup>65</sup> (*ver gravura n.º 21*), temos de salientar o seu aparecimento tardio, uma vez que data de Janeiro de 1182, o primeiro documento em *gótica cursiva inicial* da Colegiada de Guimarães<sup>66</sup>.

<sup>56</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 5, n.º 30.

<sup>57</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 5, n.º 39.

<sup>58</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 6, n.º 5.

<sup>59</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 6, n.º 38.

<sup>60</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 8, n.º 21.

<sup>61</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 3, n.º 24.

<sup>62</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 4, n.º 3.

<sup>63</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 3, 29.

<sup>64</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 4, n.º 13.

<sup>65</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 4, n.º 16.

<sup>66</sup> A. N. T. T., *Col. de Guim. D. P.*, maço 3, n.º 36.

A partir desta data, tal como já acontecia anteriormente, vão convivendo diversas tendências de *gótica cursiva*<sup>67</sup>, *minúscula diplomática*<sup>68</sup> e outras combinatórias, que não é possível acompanhar e apresentar, agora, por absoluta falta de tempo.

Depois de 1211, com a instituição do tabelionato em Portugal, foi progressivamente crescendo o número de documentos, especialmente actos jurídicos, redigidos pelos notários régios, mas o primeiro acto notarial conservado no cartório de S. Simão da Junqueira, elaborado pelo tabelião público de Guimarães, Vicente Eanes, cujo sinal público, se encontra do lado esquerdo inferior, ao nível da última linha da escrita, data de 28 de Agosto de 1264<sup>69</sup>

Mas se nos exemplares de gótica cursiva e de minúscula diplomática é fácil reconhecer afinidades dentro de cada um destes tipos, já o mesmo não se verifica entre as cartas notariais, apesar de todas serem escritas em gótica cursiva, sendo possível falar de várias góticas, problema que se viria a acentuar nos séculos XIV e XV.

A comprovar a primeira parte da afirmação precedente, basta observar algumas das cartas notariais do espólio arquivístico deste mosteiro<sup>70</sup>.

### 3. E no Alto Minho?

Quanto à dimensão paleográfica do noroeste de Portugal, Braga ocupa um lugar privilegiado, que evitámos abordar, porque será objecto de outra comunicação a este Congresso.

Seguimos, por isso, até ao vale do Minho, para observarmos o que por lá se passava no plano paleográfico, tendo sempre presente que a região compreendida entre os rios Minho e Lima se encontrava submetida a duas jurisdições: politicamente, pertencia a Portugal, mas sob o ponto de vista eclesiástico, pertencia, desde o século VI, à diocese de Tui.

À semelhança de outras zonas do noroeste de Portugal, também aqui se perdeu, praticamente, toda a documentação original avulsa, das instituições monásticas aqui sedeadas.

Perderam-se os originais, mas em ordem à história da região a informação por eles veiculada, relativa à segunda metade do século XII e até ao terceiro quartel do século XIII, conserva-se nos 404 documentos latinos, elaborados aproximadamente durante um século (1168 - 1267), felizmente transcritos no célebre cartulário de Fiães, códice de pergaminho, guardado no Arquivo Distrital de Braga<sup>71</sup>.

<sup>67</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 5, n.º 21; maço 5, n.º 23; maço 5, n.º 36; maço 5, n.º 40; etc.

<sup>68</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 5, n.º 11; maço 5, n.º 19; maço 5, n.º 31; maço 5, n.º 34; etc.

<sup>69</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 6, n.º 3.

<sup>70</sup> A. N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, maço 5, n.ºs 24, 25, 38, 39; maço 6, n.ºs 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 30.

<sup>71</sup> A. D. B., *Ms.* 1052.



Do mesmo modo, para um período bastante curto do século XIV (1352-1366), que assistiu à produção de mais de duas centenas e meia de cartas, relativas a toda a diocese de Tui, desde os limites com S. Tiago de Compostela até ao rio Lima, ao tempo, fronteira norte da diocese de Braga, esta importante documentação foi transcrita, depois de 1366, nas conhecidas *Confirmações de Tui*, códice em pergaminho, conservado também no Arquivo Distrital de Braga<sup>72</sup>.

É certo que para o nosso inquérito seriam preferíveis os originais avulsos, eventualmente saídos de mãos diferentes.

Mesmo assim, estes dois códices, elaborados ambos no âmbito da diocese de Tui: o *Cartulário de Fiães*<sup>73</sup>, na parte portuguesa, e as mencionadas *Confirmações de Tui*<sup>74</sup>, na parte galega, são dois monumentos gráficos para a região do Alto Minho, classificação que estendemos, conscientemente, às *Confirmações de Tui*, dado que a Cúria diocesana incluía também clérigos portugueses, tal como o Cabido da Catedral integrava capitulares naturais da parte portuguesa e os padres eram indistintamente nomeados para a parte galega ou portuguesa da diocese, além de pelas cartas transcritas se verificar que, na hora da outorga e validação dos seus originais, com muita frequência, assistiam também, como testemunhas, clérigos e leigos portugueses.

Em síntese, podemos afirmar que o *Cartulário de Fiães*, para além das preocupações técnicas, de ordem codicológica, postas na sua elaboração, paleograficamente, atendendo ao contexto e à cronologia em que foi elaborado, apresenta-se numa escrita carolino-gótica librária, *com algumas marcas de minúscula diplomática*<sup>75</sup> (*ver gravura n.º 22*), bastante uniforme, não deixando a impressão de ser obra de diversas mãos, quanto à totalidade dos documentos latinos, inicialmente transcritos.

Algumas folhas em branco deste cartulário foram aproveitadas também para repositório de alguns documentos mais tardios, escritos em gótica cursiva, aí registados numa fase posterior à sua conclusão. O mais interessante destes acréscimos é, sem dúvida, o que foi introduzido na fl. 90, numa gótica cursiva, de hastes ascendentes e descendentes bem traçadas por alguém que revela muita segurança neste tipo de escrita. Com características diferentes, mas também em gótica cursiva, nas folhas 78 a 80v, encontram-se alguns documentos mais tardios, entre eles, um aforamento, de 1352.

<sup>72</sup> A. D. B., *Registo geral*, n.º 314.

<sup>73</sup> A. B. B., *Ms.* n.º 1052.

<sup>74</sup> Por este termo designa-se o códice onde foram transcritas as cartas de *confirmação* dos clérigos, geralmente presbíteros, apresentados pelo prelado diocesano ou por outros “padroeiros”, eclesiásticos ou leigos, para presidirem às paróquias ou outros benefícios, funções que só poderiam assumir mediante a *confirmação* que o prelado diocesano lhes fazia pessoalmente ou por intermédio de algum eclesiástico para o efeito expressamente por ele designado. Além deste do século XIV, para a diocese de Tui, existe outro códice cartáceo para a Administração Eclesiástica de Valença, para o século XV, e vários livros dos séculos XV e XVI para a diocese de Braga.

<sup>75</sup> A. D. B., *Ms.* 1052, fl. 13r.

Por sua vez, as *Confirmações de Tui*, escritas numa gótica cursiva, bem cuidada, de uma única mão, incluíam, inicialmente, mais de duzentos e cinquenta registos de cartas de *confirmação*, outorgadas entre 1352-1366<sup>76</sup> (*ver gravura n.º 23*). Tendo-lhe sido retirado um dos cadernos centrais, tem agora apenas 211 registos, tendo sido recuperados trinta e sete, relativos a confirmações relativas a paróquias sitas na margem esquerda do rio Minho, isto é, em Portugal, que tinham sido copiados para o livro das *Confirmações de Valença*<sup>77</sup>, do século XV. Embora estas cópias sejam absolutamente fiéis quanto ao seu conteúdo, apresentam grafia muito diferente dos registos originais, pois foram elaborados cerca de setenta e quatro anos depois (1366 - 1440), pelo mesmo escriba que elaborou o «...*Novo Livro que se começou no anno de 14RJ e se acaba no anno de 14RIIJ*»<sup>78</sup> (*ver gravura n.º 24*).

Chegamos, assim, ao cartório da Colegiada de Valença do Minho, constituída como colegiada, após a separação que alguns portugueses, ao tempo cónegos da Sé de Tui, promoveram, no âmbito desta diocese, a pretexto de que, logo nos anos iniciais do Cisma do Ocidente, Castela obedecia ao antipapa, estabelecido em Avinhão, e Portugal ao papa de Roma, decisão que agradou aos monarcas portugueses: D. Fernando e, depois, a D. João I.

Deixando de lado os aspectos históricos, além de alguma documentação mais tardia, procedente da Colegiada de Santo Estêvão de Valença, dispersa na *Colecção Cronológica do Arquivo Distrital de Braga*, poderemos socorrer-nos do *Livro das Confirmações de Valença*, que inclui o registo de confirmações de vários anos, após as transcrições dos registos das confirmações do século XIV, constantes do caderno desaparecido das *Confirmações de Tui*, a que já fizemos referência.

O primeiro livro de confirmações do século XV, inicia-se a fls. 54 deste códice cartáceo com os seguintes termos:

«*Começa-se ho Novo Livro que se começou no anno de 14RJ e se acaba no anno de 14RIIJ*».

Este encabeçamento e termo de abertura do livro de registos das confirmações, efectuadas pelo administrador do território de Entre Minho e Lima, escrito em *gótica minúscula librária*, oferece a particularidade de, na menção dos anos, associar à numeração constituída por algarismos árabes e números romanos o **R**, típico na numeração portuguesa do período gótico, com o valor de 40, equivalente, por isso, ao **X<sup>l</sup>** ou X aspadado.

Até à fl. 170v, o texto prossegue numa gótica cursiva bastante uniforme, que não é possível garantir que sejam da mesma mão. A partir da fl. 172v, sucedem-se os registos, feitos por vários escrivães, sendo, por isso, muito diversos e irregu-

<sup>76</sup> A. D. B., *Registo geral*, n.º 314, fl. 29v, n.º 4.

<sup>77</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fls. 1-53v.

<sup>78</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fls. 54 ss.

lares, mas, ao contrário do que acontece com os registos anteriores, muitos dos apresentados no final do códice em análise incluem os nomes dos escrivães dos originais das cartas de confirmação, enviadas aos destinatários, e dos seus próprios registos, aqui ao nosso dispor.

No âmbito das diversas escritas patentes neste códice, além da gótica cursiva do século XV, bastante evoluída, aqui se conservam também alguns originais em *humanística cursiva* (ver *gravura n.º 25*), escritos pela mão de Francesco Cavalcanti, como secretário que foi do bispo D. Frei Justo Baldino<sup>79</sup>, e como ele também de Pádua, assunto que mereceu a nossa atenção na comunicação *L'Écriture de Francesco Cavalcanti, une nouvaute au Portugal – 1482*<sup>80</sup>, apresentada ao XI.º Colóquio da Comissão Internacional de Paleografia Latina, realizado na Bélgica, em Outubro de 1995.

Na diversidade gráfica dos registos dos finais do século XV e alvares do século XVI, está, definitivamente, marcado o rumo da projecção de certas grafias no sentido da horizontal e a afirmação de elementos determinantes da escrita encadeada<sup>81</sup> (ver *gravura n.º 26*), que se irão progressivamente desenvolvendo e afirmando, ao longo do século XVI.

A esta preciosa informação que nos permite identificar vários padrões de escrita, no Alto Minho, nos finais do século XV e no primeiro decénio do século XVI, isto é, nos anos que precederam a separação deste território da diocese de Ceuta, no norte de África, em que estava integrado, e a sua transferência canónica para a diocese de Braga, consumada em 1514, testemunha também o crédito e fé em que o escrivão da Câmara da Comarca e Administração de Valença do Minho e os membros do Cabido da Colegiada de Valença tinham o conteúdo deste códice. Conscientes de que, após esta integração, continuaria a ser indispensável na vida administrativa eclesiástica desta região, o escrivão, Pedro Afonso<sup>82</sup>, o tesoureiro da referida Colegiada, João Álvares<sup>83</sup>, o cónego da mesma, Álvaro Esteves<sup>84</sup>, outrora criado do bispo de Ceuta, D. Henrique de Coimbra, e o cónego Álvaro Eanes<sup>85</sup>, declararam, sob juramento, que conheciam este livro e que reconheciam as letras dos escrivães da Câmara desta Administração eclesiástica, pelo que o seu conteúdo é digno de fé.

<sup>79</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fls. 188-194v., concretamente, p. 190.

<sup>80</sup> Publicada na «*Revista da Faculdade de Letras. História*». II Série, Porto, vol. XII, 1995, pp. 151-182.

<sup>81</sup> A título de exemplos, vejam-se: A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fls. 182, sobretudo ao fundo, 184, 184v, 185, 185v e 186v.

<sup>82</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fl. 196v.

<sup>83</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fl. 196v.

<sup>84</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fl. 197.

<sup>85</sup> A. D. B., *Reg. geral*, n.º 313, fl. 197v.

A síntese agora apresentada, além da credibilidade atribuída a estes registos, permite identificar os autores de muitos deles e conhecer as grafias do escrivão e de vários cónegos ligados à Câmara e à Colegiada de Valença, que nos deixaram estes importantes testemunhos.

#### **4. – Conclusão**

Impõe-se terminar e, como síntese final, recordar que esta primeira tentativa de perseguir os caminhos da escrita no noroeste de Portugal, durante a Idade Média, não obstante as dificuldades encontradas, poderá estimular a que outras iniciativas, certamente mais arrojadas e complexas, se realizem.

Se a riqueza documental das duas instituições monásticas do Baixo Minho nos permitiram definir com algum pormenor as datas e os condicionalismos das mudanças da escrita visigótica cursiva para a redonda e desta para a carolina, e, posteriormente, conhecer o trânsito para as góticas, a pobreza documental das instituições do Alto Minho - única disponível para o período em causa -, possibilitou algumas observações inesperadas, que potenciarão outras análises nos domínios da história, da diplomática – aspecto, aqui, necessariamente omissos – e, sobretudo, da paleografia.

Os diversos aspectos referidos, de passagem, ao longo desta breve exposição, poderão e deverão ser aprofundados em sessões de seminários da especialidade, com o que se dará um passo em frente, nos estudos paleográficos, em Portugal.

Finalmente, não podemos terminar sem desafiar a tenção dos filólogos e dos historiadores das origens do português para a riqueza que neste domínio oferecem as colecções documentais utilizadas, merecedoras de serem cuidadosamente exploradas.

Apêndice documental



Gravura nº 1 – A.N. T. T., Col. de Guim., D.P. m. 1, nº 7



Gravura nº 2 – A.N. T. T., Col. de Guim., D. P. m. 1, nº 32



Gravura nº 3 – A.N. I. T., *S. Simão da Junqueira*, m. 1, nº 13 A e 13 B



Gravura nº 4 – A.N. I. T., *Simão da Junqueira*, m. 1, nº 19



**Gravura nº 5** – A.N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, m. 2, nº 36



**Gravura nº 6** – A.N. T. T., *S. Simão da Junqueira*, m. 2, nº 24



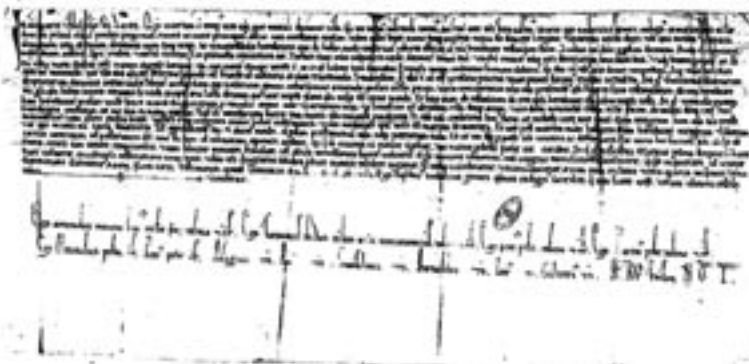
Gravura nº 7 – A.N. T. T., Col. de Guim., m. 1, nº 18



Gravura nº 8 – A.N. T. T., S. Simão da Junqueira, m. 2, nº 32



Gravura nº 9 – A.N. T. T., S. Simão da Junqueira, m. 3, nº 24



Gravura nº 10 – A.N. T. T., Col. de Guim., D.P., m. 2, nº 21





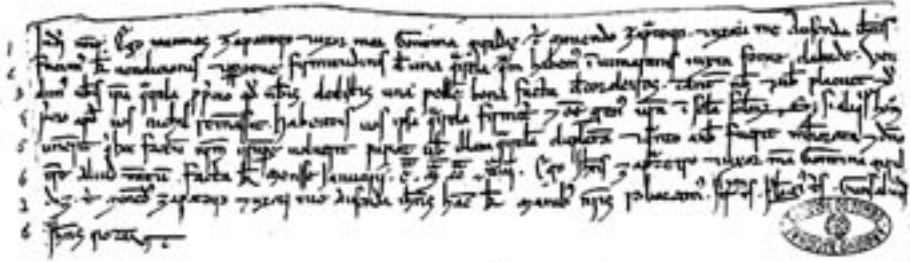
Gravura nº11 - A.N. T. T., Col.de Guim., D.P., m. 2, nº 22



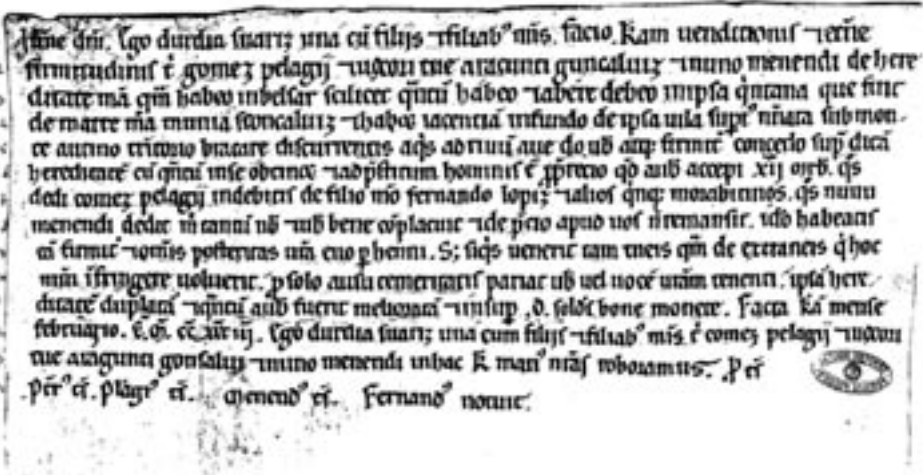
Gravura nº 12 - A.N. T. T., Col.de Guim., D.P., m. 2, nº 29



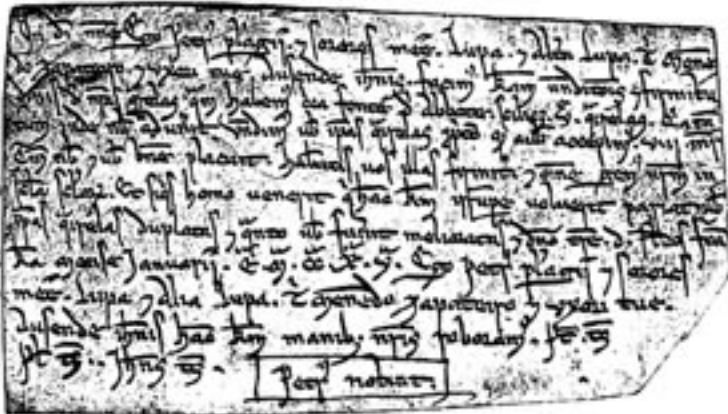
Gravura nº 13 - A.N. T. T., Col.de Guim., D.P., m. 3, nº 29



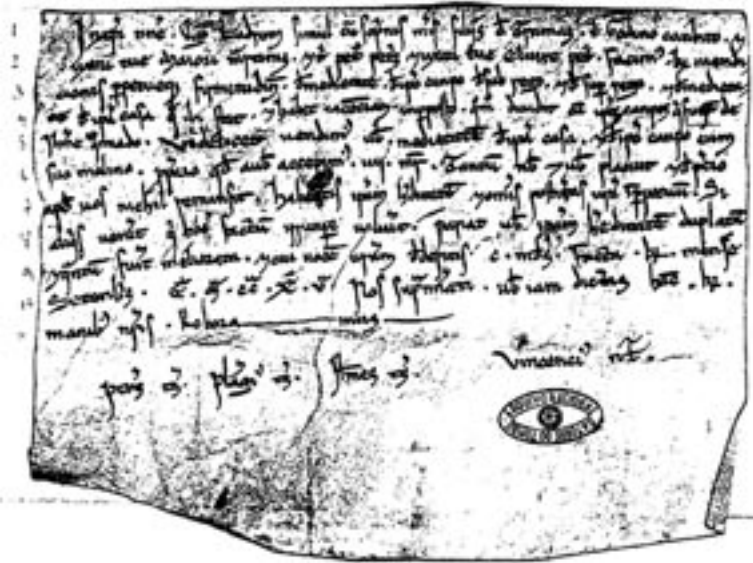
Gravura nº 14 – A.N. T. T., Col.de Guim., D.P, m. 3, nº 36



Gravura nº 15 – A.N. T. T., Col.de Guim., D.P, m. 4, nº 20



Gravura nº 16 – A.N. T. T., Col.de Guim., D.P, m.5, nº 24



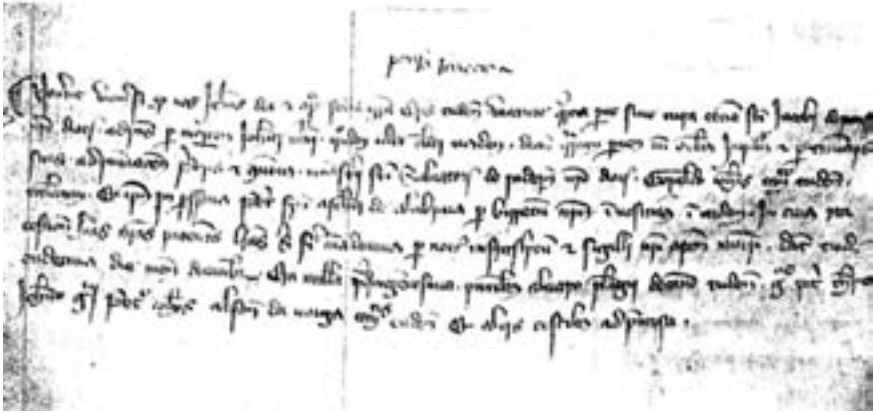
Gravura nº 17 – A.N. T. T., Col.de Guim., D.P., m. 5, nº 30



Gravura nº 18 – A.N. T. T., Col.de Guim., D.P., m. 5, nº 39





Gravura nº 23 – A. D. B., *Registo geral*, nº 314, fl. 29v.Gravura nº 24 – A. D. B., *Registo geral*, nº 313, f. 34Gravura nº 24 – A. D. B., *Registo geral*, nº 313, fl. 34.

17982. Noticia de fin de obra de Sancti Laurentij de  
 Prado

Varones Notarios de esta fin de obra de Sancti Laurentij de Prado: diez septen en  
 administracion eulen olin ueraca nra dca qdora vna. obra septen pr  
 macion Joanni Stephani: ulomni et fonsidicari restorij ouidit: de  
 ruius colario fupidicis pntaria et amoneda difpoficio: ad nos et certam  
 nram septen plene fure pparat expinet. Dies fupus baldinij dei et  
 app pnti gra eam septen et prima fupia. S. dni nri ff. regentibus  
 dempna auti nra ordinaria dedit malocare fo u pnti nra ueraca  
 Andree gendifalij de ragnedo ito uhyboti diez: moneu rignos  
 familiar nro pntidimij. flos incipiendo fupiendo et rignando ipa  
 bura nri incipit fue pntionem. Comiendo ille administracion rignaly  
 et rignaly diez obra fin nra: grotio nobis per ipum feto et  
 confuere obia et fidelitatis fupitio. Begant de impo rignatij et  
 confirmacioni huiusmodi fupitio rignante dca. nram app.  
 et feto nri. fo oppido ualant de finis nri diez die dominica  
 Andree mense Augusti anni nri dni Mille quadring<sup>tes</sup> octingentesimo  
 fonde. pnti pnti pnti nra rone in obra pnti: et  
 pnti gendifalij: mado rone in obra rignatij: et alij.

Gravura nº 25 – A. D. B., Registo geral, nº 313, fl. 190

